TOMO

Artigo recebido e
publicado em 2004

PERFIL DE MULHERES RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIOS: UMA APROXIMAÇÃO PARA A BAHIA COM BASE NO CENSO*

*Cláudia Monteiro Fernandes***

*Joseanie Mendonça****

INTRODUÇÃO

A diferenciação de papéis entre homens e mulheres na sociedade e no acesso ao mercado de trabalho tem sido analisada em diversos estudos. As diferenças ficam ainda mais claras quando tratamos dos domicílios e das famílias. A presença das mulheres nos domicílios tem sido historicamente descrita como relacionada às atividades de afazeres domésticos e cuidados com as crianças. Apesar da percepção de que as diferenças individuais entre homens e mulheres na sociedade e, mais especificamente, no mercado de trabalho, têm diminuído, é ainda tabu tratar dessas atividades pouco visíveis e, geralmente, subestimadas nos estudos clássicos do trabalho.

* Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu/MG – Brasil, de 20-24 de Setembro de 2004.

** Economista da Fundação IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

*** Economista da SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais.

A estruturação do mercado de trabalho tende a preservar e fazer sobreviver um conjunto de estereótipos associados à atividade das mulheres (como a delicadeza, paciência, concentração, adaptação a atividades rotineiras, submissão, menor agressividade, etc) como padrões socialmente construídos que se expressam em representações simbólicas, relacionadas à tradicional divisão sexual de tarefas. Isso leva a distinções de conjuntos de ocupações que passam a ser consideradas como adequadas às mulheres, em função daqueles atributos e qualidades adquiridas pelas mesmas na realização de atividades da esfera reprodutiva (Kergoat, 1989 *apud* Borges, 2000:126).

A inserção das mulheres no mercado de trabalho é, muitas vezes, vista como uma estratégia de complementação da renda domiciliar, composta em sua maior parte pelo rendimento do homem, "chefe" do domicílio. No entanto, existe forte correlação entre a entrada crescente das mulheres no mercado de trabalho e as mudanças de comportamento a respeito dos papéis socialmente preestabelecidos dos indivíduos no domicílio e na família.

Além de uma maior divisão de tarefas entre os moradores, principalmente entre os cônjuges, e do fortalecimento de movimentos organizados de mulheres pela defesa de iguais direitos na sociedade, o crescimento de um mercado de bens e serviços voltados para os afazeres domésticos foi de fundamental importância para as transformações ocorridas nos últimos vinte anos. Desse mercado faz parte a oferta de trabalho doméstico remunerado, de serviços auxiliares nos domicílios, de avanços tecnológicos na produção industrial de utensílios domésticos e de alimentos.

Sabendo da crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho e dos efeitos dessa inserção e das diferenciações de gênero no bem estar das famílias e domicílios, esse artigo tem como objetivo traçar um perfil dos domicílios sob a responsabilidade de mulheres. São analisadas algumas informações extraídas do Censo Populacional de 2000, no Brasil e nas Grandes Regiões, com foco na Região Nordeste e no Estado da Bahia. Foram selecionadas tabulações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, na publicação *Perfil das Mulheres Responsáveis pelos Domicílios no Brasil 2000*. A investigação de domicílios sob a responsabilidade de mulheres traz aspectos da situação delas como indivíduos que enfrentam condições sig-

nificativamente diferenciadas dos homens na inserção no mercado de trabalho e no acesso a bens e serviços básicos, portanto, no acesso a condições de seu bem estar e dos seus dependentes.

A denominação de “chefe de domicílio”, anteriormente utilizada nas análises das informações domiciliares e familiares, foi substituída pelo IBGE pelo conceito de pessoa responsável pelo domicílio, ou seja, aquela considerada pelos moradores do como referência do domicílio (ou da família). Essa denominação traz subjacente a perspectiva de responsabilidade do indivíduo sob o ponto de vista econômico e institucional e diminui o peso cultural da condição de “chefia”.

ATIVIDADE ECONÔMICA

Na análise de indicadores selecionados sobre a atividade econômica de homens e mulheres a partir de dados dos Censos Demográficos brasileiros de 1991 e de 2000 (Tabela 1) percebe-se o crescimento da Taxa de Atividade – proporção das pessoas economicamente ativas na população de 10 anos ou mais de idade – na comparação dos dois períodos, devido principalmente ao incremento na atividade das mulheres. A taxa de atividade masculina manteve-se praticamente estável, com uma pequena queda – de 71,5% em 1991 para 69,4% em 2000; por sua vez, a taxa de atividade feminina cresceu expressivamente de 32,9% em 1991 para 44,1% em 2000.

Tabela 1
Indicadores comparados de pessoas de 10 anos ou mais - Brasil - 1991/2000

Indicadores selecionados (%)	1991			2000		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Taxa de atividade	51,8	71,5	32,9	56,4	69,4	44,1
Pessoas ocupadas na população de 10 anos ou mais de idade	49,0	68,3	30,5	47,6	60,8	35,2
Distribuição das:						
Pessoas de 10 anos ou mais de idade	100,0	49,0	51,0	100,0	48,7	51,3
Economicamente ativas	100,0	67,6	32,4	100,0	59,9	40,1
Ocupadas	100,0	68,2	31,8	100,0	62,1	37,9
Desocupadas	100,0	55,6	44,4	100,0	47,5	52,5
Não economicamente ativas	100,0	29,0	71,0	100,0	34,3	65,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000.

Esse primeiro indicador confirma os diversos estudos que indicam o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho na última década e na anterior. Apesar desse crescimento, o indicador de participação das mulheres na atividade econômica é muito inferior ao dos homens. A taxa de participação feminina em 2000 era cerca de 25 pontos percentuais inferior à masculina.

A manutenção dessa distância entre as taxas de participação masculina e feminina pode ser justificada teoricamente de três formas. Em primeiro lugar, a existência de restrições socioculturais e o estabelecimento de papéis historicamente diferenciados entre homens e mulheres nas famílias e domicílios. O papel de “mãe e dona de casa” é claramente distinto daquele do “pai e chefe de família” na sociedade mais tradicional. Dois exemplos: mulheres com filhos, principalmente recém-nascidos, tendem a preferir jornadas de trabalho mais curtas em relação às dos homens. Como outro exemplo, a educação dada pela família aos meninos e meninas tende a definir, desde muito cedo, posturas em relação às atividades domésticas, de naturalidade em relação às meninas e de aversão em relação aos meninos.

Em segundo lugar, pode-se admitir a existência de discriminação pura e simples no mercado de trabalho. A discriminação pode ser definida como a observância de tratamento desigual a agentes de produção iguais, partindo do princípio de que homens e mulheres são substitutos perfeitos quando possuem características produtivas iguais. Esse tratamento desigual se traduz geralmente em diferenciais de rendimento — são contratados trabalhadores igualmente produtivos ou com formação e experiência equivalentes por salários desiguais.

Em terceiro lugar, os demandantes de mão-de-obra podem diferenciar homens e mulheres de acordo com a ocupação, ou seja, eles são fatores de produção diferenciados. A produtividade de homens e mulheres seria diferenciada a depender da sua relação de complementaridade com outros fatores de produção. Esse argumento pode ser considerado também uma forma de discriminação, no entanto ele diz respeito mais especificamente à definição de algumas ocupações como “tipicamente” masculinas ou femininas. Como as ocupações “tipicamente” ou predominantemente femininas são, em geral, consideradas o serviço domés-

tico e a confecção de vestuário e calçados e “tipicamente” ou predominantemente masculinas ocupações da construção civil e trabalhos braçais, por exemplo. Os fatores de produção, no sentido de instrumentos de trabalho, empregados nessas ocupações seriam mais “adequados” a um sexo específico.

Apesar dessas diferenças, é fato que as mulheres vêm ocupando mais espaço no mercado de trabalho. Além de sua taxa de atividade ter crescido nessa década no país, a proporção de mulheres ocupadas, na população de 10 anos ou mais (em idade ativa) também cresceu, ao contrário do que aconteceu com a ocupação masculina (ver ainda a Tabela 1). A proporção de mulheres na população de 10 anos ou mais se manteve na comparação dos dois períodos, mas a proporção de mulheres na população economicamente ativa cresceu. Elas eram 31,8% entre os ocupados em 1991 e passaram a ser 37,9% em 2000. Passaram também a pressionar com mais intensidade o mercado de trabalho, procurando trabalho: eram 44,4% dos desocupados em 1991 e passaram a 52,5% em 2000. Por outro lado, dentro do grupo de pessoas não economicamente ativas, elas continuam majoritárias, mas com uma proporção menor.

Tabela 2

Taxa de atividade na semana de referência das pessoas de 10 anos ou mais de idade - 2000

Área Geográfica selecionada	Taxa de atividade na semana de referência (%)		
	2000		
	Total	Homens	Mulheres
Brasil	56,4	69,4	44,1
Norte	52,5	66,3	38,6
Nordeste	51,5	65,0	38,7
Maranhão	48,3	63,1	33,6
Piauí	51,6	67,5	36,3
Ceará	51,0	64,2	38,6
Rio Grande do Norte	48,3	62,9	34,7
Paraíba	50,1	63,9	37,3
Pernambuco	51,3	64,1	39,6
Alagoas	52,0	65,0	39,9
Sergipe	52,9	66,1	40,5
Bahia	53,9	66,9	41,6
Sudeste	58,1	70,8	46,2
Sul	60,6	72,8	48,9
Centro-Oeste	59,9	73,9	46,3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Nota: Excluídas as pessoas sem declaração de condição de atividade na semana de referência.

No que diz respeito à taxa de participação de homens e mulheres nas diferentes regiões do Brasil, o Censo 2000 mostrou que as maiores taxas de participação femininas estão nas regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste, com taxas acima da média nacional (44,1%). As regiões Norte e Nordeste possuem taxas de participação de mulheres menores que a média nacional e abaixo de 40%. No Nordeste, o Estado da Bahia possui a maior taxa de participação feminina (41,6%), mas ainda abaixo da média nacional.

Esse aumento expressivo da participação feminina ocorreu, no entanto, num contexto marcado por profundas transformações no mercado de trabalho que têm se traduzido numa crescente flexibilização dos vínculos empregatícios e na ampliação dos contingentes de trabalhadores em atividades informais, bem como na elevação das taxas de desemprego no final da década 1990.

Desse modo, conforme Borges (2000), ainda que os dados sinalizem para a ampliação das oportunidades de trabalho para as mulheres e, em alguns aspectos, para a redução das desigualdades de gênero, nesse novo contexto tais conquistas se obscurecem quando observamos a qualidade da maioria dos postos de trabalho disponíveis para as mulheres. Os indícios são de que as desigualdades se reduzem, não tanto pela melhoria das posições femininas no mercado de trabalho, mas, mormente, pelas perdas sofridas pelos homens, cujas melhores posições no mercado de trabalho vêm sendo duramente atingidas pelas transformações em curso.

MULHERES RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIOS

As mudanças observadas no mercado de trabalho são paralelas a mudanças socioculturais importantes. Além da redefinição de papéis entre homens e mulheres, instituições e comportamentos também vêm mudando. A forma como a sociedade vê a manutenção do casamento e a possibilidade de mulheres morarem sozinhas, sem a presença do marido ou companheiro, também tem mudado.

As mulheres neste final de século XX enfrentam o duplo desafio de “cuidar” e “prover” as suas famílias. Tudo isto no contexto de mudança do perfil de inserção da mulher em um mercado de trabalho nada favorável. No Brasil, observa-se uma queda na taxa de atividade das mulheres mais jovens e uma forte expansão nas idades mais elevadas, estas situadas, em geral, em empregos precários, com menor segurança e baixa proteção social (Lavinas, 1997; Bruschini e Lombardi, 1997 *apud* Goldani, 2002:35).

Um indicador dessas mudanças é o perfil de composição dos domicílios no Brasil. Em 1991, 81,9% dos domicílios estavam sob a responsabilidade de homens. Essa proporção caiu para 75,1% em 2000. Vale observar que muitas vezes a mulher é a responsável pelo sustento econômico do domicílio e tem que arcar sozinha com a sua manutenção, mas sua responsabilidade pode ser também a “administração” do domicílio, mesmo que seu rendimento seja inferior àquele do seu companheiro, quando presente, ou de seus filhos. A declaração de que uma mulher é a responsável pelo domicílio, mesmo que o seu rendimento não seja o principal, passou a ser mais comum com as mudanças comportamentais das mulheres e em relação a elas na sociedade.

Tabela 3

Percentual de domicílios por sexo do responsável, segundo as Unidades da Federação - 1991/2000

Área Geográfica selecionada	Domicílios, por sexo do responsável (%)			
	1991		2000	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Brasil	81,9	18,1	75,1	24,9
Norte	84,5	15,5	77,1	22,9
Nordeste	80,5	19,5	74,1	25,9
Maranhão	81,7	18,3	76,2	23,8
Piauí	81,4	18,6	76,9	23,1
Ceará	82,0	18,0	75,5	24,5
Rio Grande do Norte	82,5	17,5	76,5	23,5
Paraíba	80,4	19,6	74,7	25,3
Pernambuco	78,8	21,2	71,7	28,3
Alagoas	81,2	18,8	75,0	25,0
Sergipe	78,2	21,8	72,1	27,9
Bahia	80,0	20,0	72,9	27,1
Sudeste	81,4	18,6	74,4	25,6
Sul	84,0	16,0	77,4	22,6
Centro-Oeste	83,0	17,0	75,8	24,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000.

Nota: Domicílios particulares permanentes.

A precariedade e a vulnerabilidade presentes nesses domicílios se explica com o fato das mulheres serem, freqüentemente, as únicas responsáveis pela realização das tarefas domésticas (alimentação, higiene, etc) pelos cuidados com os filhos e, paralelamente, pelas atividades econômicas. Neste último aspecto (que é fundamental), sabe-se que a participação das mulheres no mercado de trabalho é predominante no setor de serviços, especialmente nos serviços pessoais, onde se concentra a força de trabalho feminina não-qualificada. (Borges, 1997:113)

A proporção de domicílios sob a responsabilidade de mulheres cresceu em todas as Grandes Regiões do País. No Norte, apesar da proporção ser uma das mais baixas, o crescimento em relação a 1991 foi o mais expressivo. No Nordeste, os estados de Sergipe e Bahia possuem as maiores proporções de domicílios sob responsabilidade de mulheres, sendo que a Bahia teve um incremento maior de 1991 para 2000 (de 20% para 27%), o que correspondia a cerca de 500 mil domicílios em 1991 e passou a corresponder a cerca de 859 mil em 2000.

É interessante verificar que as mulheres responsáveis pelos domicílios particulares estão predominantemente na faixa etária de 65 anos ou mais, ou seja, não necessariamente nas faixas etárias consideradas mais economicamente ativas. No Brasil, 21,8% das mulheres responsáveis por domicílios tinham 65 anos ou mais em 2000; esse percentual era de 23,8% na região Nordeste e 23,4% na Bahia. Essa concentração está relacionada com o perfil demográfico da população – as mulheres vivem mais que os homens e os homens mais jovens possuem as mais elevadas taxas de mortalidade e também é influenciada pelas questões sócio-culturais já citadas. Mas essa proporção caiu na década passada.

Na comparação de 1991 com 2000, a proporção das faixas consideradas mais economicamente ativas cresceu, confirmando a maior entrada das mulheres no mercado de trabalho nas faixas de 25 a 49 anos de idade (ver Gráficos 1 e 2).

Gráfico 1 - Mulheres de 15 anos ou mais de idade responsáveis por domicílios por grupos de idade - Brasil - 1991/2000

Gráfico 2 - Mulheres de 15 anos ou mais de idade responsáveis por domicílios por grupos de idade - Bahia - 1991/2000

A média de anos de estudo das pessoas responsáveis por domicílios cresceu na comparação dos períodos censitários. No Brasil, passou de 4,8 anos para 5,7. Tanto no Nordeste como no Estado da Bahia, a média de anos de estudos dos responsáveis por domicílios cresceu de 3,1 anos para 4,1, ficando ainda abaixo da média nacional e das demais Grandes Regiões.

Tabela 4**Pessoas responsáveis pelos domicílios, por média de anos de estudo e sexo- 1991/2000**

Área Geográfica selecionada	Pessoas responsáveis pelos domicílios, por média de anos de estudo					
	Total		Sexo			
			Homens		Mulheres	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	4,8	5,7	4,9	5,7	4,4	5,6
Norte	3,9	4,9	3,9	4,8	4,2	5,5
Nordeste	3,1	4,1	3,2	4,0	3,1	4,4
Maranhão	2,6	3,6	2,6	3,5	2,7	4,0
Piauí	2,6	3,5	2,6	3,4	2,7	3,8
Ceará	3,1	4,0	3,0	3,9	3,3	4,5
Rio Grande do Norte	3,4	4,5	3,4	4,4	3,5	4,7
Paraíba	3,0	3,9	3,0	3,8	3,0	4,1
Pernambuco	3,7	4,6	3,8	4,6	3,5	4,7
Alagoas	2,9	3,8	2,9	3,7	2,8	3,9
Sergipe	3,4	4,3	3,5	4,3	3,0	4,3
Bahia	3,1	4,1	3,2	4,0	3,0	4,4
Sudeste	5,6	6,5	5,8	6,6	4,9	6,1
Sul	5,2	6,2	5,3	6,3	4,8	6,0
Centro-Oeste	5,1	6,0	5,1	6,0	4,9	6,1

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000.

Nota: Domicílios particulares permanentes.

Pela Tabela 5, verifica-se que o rendimento nominal mensal médio das mulheres responsáveis pelos domicílios, apesar de ter sofrido incrementos significativos, ainda permanece inferior aos auferidos pelos responsáveis homens. Dessa forma, é recorrente o uso da expressão “feminização da pobreza” para justificar a pauperização dos domicílios cujo responsável é uma mulher.

Entretanto, cabe ressaltar que, conforme propõe Borges (2000), se encontra em curso uma feminização do mundo do trabalho. Não necessariamente pela ampliação dos contingentes de mulheres que o integram, mas, principalmente, no sentido em que o capitalismo vem generalizando – para homens e mulheres – um padrão que foi atribuído a elas, como mais tipicamente “feminino” de incorporação ao mercado de

trabalho: empregos ou ocupações de baixa qualidade (inexistência de proteção social, baixa remuneração, jornada parcial, escassas possibilidades de carreira, baixo nível de organização política). Nesse novo mundo do trabalho, ainda que as desigualdades possam parecer menores, as mulheres ainda se mantêm numa posição desvantajosa, como atestam as elevadíssimas taxas de desemprego feminino [além dos rendimentos inferiores].

Tabela 5

Rendimento nominal mensal das mulheres de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios - 1991/2000

Área Geográfica selecionada	Rendimento nominal mensal (R\$)			
	Médio		Mediano	
	1991(1)	2000	1991(1)	2000
Brasil	365,00	591,00	155,00	276,00
Norte	318,00	465,00	168,00	200,00
Nordeste	212,00	376,00	84,00	151,00
Maranhão	151,00	287,00	77,00	151,00
Piauí	173,00	318,00	77,00	151,00
Ceará	218,00	397,00	84,00	151,00
Rio Grande do Norte	234,00	426,00	85,00	151,00
Paraíba	183,00	362,00	77,00	151,00
Pernambuco	248,00	417,00	97,00	151,00
Alagoas	209,00	385,00	84,00	151,00
Sergipe	213,00	377,00	84,00	151,00
Bahia	218,00	374,00	84,00	151,00
Sudeste	457,00	712,00	194,00	320,00
Sul	355,00	601,00	168,00	300,00
Centro-Oeste	427,00	658,00	177,00	280,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000.

Nota: Domicílios particulares permanentes.

(1) Valores deflacionados pelo INPC com base em julho de 2000.

Comparando-se os dados referentes aos dois Censos, observa-se um crescimento de cerca de 62% para os rendimentos médios nominais para o total do Brasil, saltando de R\$365,00 para R\$591,00 e cerca de

78% para o rendimento mediano (de R\$155,00 para R\$276,00). Neste contexto de perdas crescentes para o trabalhador brasileiro, as mulheres encontram ainda mais dificuldades, enquanto “provedoras” de domicílios por conta da histórica desigualdade de rendimentos entre homens e mulheres, justificada pela dominação masculina no mundo do trabalho.

Considerando-se ainda a tabela 5 para o ano 2000, os rendimentos médios das mulheres responsáveis por domicílios eram de um salário mínimo (R\$151,00) para todos os Estados nordestinos. Enquanto os rendimentos médios representavam 3 salários mínimos nas regiões Norte, Nordeste e Sul e 4 salários mínimos para as demais regiões e para o total do Brasil. Naquele ano o comprometimento do salário mínimo com a cesta básica alcançou cerca de 70%, em média, para todas as capitais nordestinas.

Tabela 6

Crianças de 0 a 6 anos de idade, total e as que residem em domicílios com responsáveis mulheres - 1991/2000

Área Geográfica selecionada	Crianças de 0 a 6 anos de idade					
	Total (Em 1000)		Em domicílios com responsáveis mulheres			
			Total (Em 1000)		Percentual (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	23 211,3	22 923,2	2 426,2	4 089,7	10,5	17,8
Norte	1 995,6	2 273,4	206,9	401,9	10,4	17,7
Nordeste	7 694,1	7 092,2	887,3	1 319,8	11,5	18,6
Maranhão	1 028,6	956,8	117,6	163,0	11,4	17,0
Piauí	488,4	421,4	53,7	66,0	11,0	15,7
Ceará	1 171,1	1 135,5	119,1	196,2	10,2	17,3
Rio Grande do Norte	424,1	394,8	43,5	66,4	10,3	16,8
Paraíba	556,4	479,2	61,6	84,0	11,1	17,5
Pernambuco	1 196,7	1 110,9	154,3	230,7	12,9	20,8
Alagoas	470,0	463,5	50,5	80,8	10,8	17,5
Sergipe	270,6	275,6	36,3	56,8	13,4	20,6
Bahia	2 087,6	1 853,9	250,3	375,4	12,0	20,3
Sudeste	8 790,8	8 831,8	901,8	1 604,4	10,3	18,2
Sul	3 226,9	3 132,8	270,6	472,8	8,4	15,1
Centro-Oeste	1 503,7	1 592,8	159,4	290,5	10,6	18,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000.

Nota: Domicílios particulares permanentes.

A Tabela 6 demonstra que o número de domicílios com responsável mulher com crianças menores, em idade escolar e dependentes financeiramente dos responsáveis cresceu significativamente entre 1991 e 2000. Assim, o total de domicílios brasileiros nesta situação passou de mais de 2 mil para pouco mais de 4 mil no período avaliado. Ou seja, em 1991 10,5% dos domicílios com responsáveis mulheres apresentavam crianças com idades entre 0 e 6 anos e em 2000 esse percentual era de 17,8%. No Norte houve crescimento de cerca de 90% nesse período, no Nordeste verificou-se crescimento de cerca de 50%, no Sudeste este crescimento foi de aproximadamente 77% e na Bahia verificou-se incremento de 50%.

A participação desses domicílios no total de domicílios brasileiros com crianças com idades entre 0 e 6 anos também é relevante, na Bahia esses domicílios representam 20,3% dos domicílios totais com crianças nessas idades, no Nordeste a participação é de 18,6%, no Norte de 17,7% e no Sudeste de 18,2%.

Tabela 7

Crianças de 0 a 6 anos de idade, total e as que residem em domicílios com responsáveis mulheres segundo os municípios das capitais - 1991/2000

Municípios das capitais do Nordeste	Crianças de 0 a 6 anos de idade					
	Total (Em 1000)		Em domicílios com responsáveis mulheres			
			Total (Em 1000)		Percentual (%)	
	1999	2000	1999	2000	1999	2000
São Luís	116,1	117,8	21,3	33,7	18,4	28,6
Teresina	103,8	95,6	16,5	23,2	15,9	24,3
Fortaleza	282,2	288,6	44,0	78,6	15,6	27,2
Natal	93,2	90,7	13,5	21,6	14,5	23,8
João Pessoa	75,0	73,4	11,7	18,3	15,6	25,0
Recife	179,6	166,1	36,7	53,5	20,4	32,2
Maceió	96,2	112,4	15,4	29,4	16,1	26,2
Aracaju	60,9	57,8	10,6	17,0	17,6	29,5
Salvador	293,9	291,7	53,7	95,0	18,3	32,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000.

Nota: Domicílios particulares permanentes.

Pela Tabela 7, considerando-se as capitais nordestinas observa-se uma participação de 28,6% em São Luís, sendo que as participações mais significativas são de Salvador (32,6%), Recife (32,2%) e Aracaju (29,5%).

Tabela 8

Crianças de 0 a 6 anos de idade que residem em domicílios com responsáveis mulheres, total e as que residem em domicílios, com mulheres com rendimento de até 2 salários mínimos - 1991/2000

Área Geográfica selecionada	Crianças de 0 a 6 anos de idade que residem em domicílios com responsáveis mulheres					
	Total (Em 1000)		Em domicílios com responsáveis mulheres com rendimento de até 2 salários mínimos			
			Total (Em 1000)		Percentual (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	2 426,2	4 089,7	1 730,7	2 325,9	71,3	56,9
Norte	206,9	401,9	141,7	234,1	68,5	58,2
Nordeste	887,3	1 319,8	713,2	895,5	80,4	67,8
Maranhão	117,6	163,0	99,4	127,2	84,6	78,0
Piauí	53,7	66,0	45,4	50,8	84,6	77,0
Ceará	119,1	196,2	99,7	135,5	83,7	69,1
Rio Grande do Norte	43,5	66,4	34,4	42,7	79,0	64,4
Paraíba	61,6	84,0	51,4	58,0	83,5	69,0
Pernambuco	154,3	230,7	117,8	149,4	76,4	64,8
Alagoas	50,5	80,8	40,1	51,0	79,3	63,1
Sergipe	36,3	56,8	28,6	38,3	78,9	67,4
Bahia	250,3	375,4	196,0	242,3	78,3	64,5
Sudeste	901,8	1 604,4	580,0	776,1	64,3	48,4
Sul	270,6	472,8	190,5	259,5	70,4	54,9
Centro-Oeste	159,4	290,5	105,1	160,7	65,9	55,3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000.

Nota: Domicílios particulares permanentes.

A incidência de domicílios com crianças entre 0 e 6 anos e com responsáveis mulheres cujos rendimentos são de até dois salários mínimos é um indicador relevante na análise da pauperização desses domicílios, haja vista o responsável ter que se desdobrar entre os afazeres domésticos e as atividades profissionais fora do domicílio. Normalmente essas mulheres desempenham atividades domésticas profissionalmente, em caráter formal ou não, ou ainda atividades que caracterizam o mercado informal de trabalho.

Cabe acrescentar que muitas vezes a renda necessária para a manutenção desses domicílios provém de uma extensa rede de colaboração que pode incluir desde o empregador, no caso de empregadas domésticas, até os vizinhos e parentes. Essa rede de colaboração se consubstancia

nas “estratégias de sobrevivência” tão propaladas pela literatura existente sobre pobreza e desigualdade no Brasil.

Pela Tabela 8, verifica-se que o número dos domicílios com crianças entre 0 e 6 anos e cujos responsáveis são mulheres com rendimentos de até 2 salários mínimos no Brasil passou de pouco mais de 1.700 para pouco mais de 2.300 entre 1991 e 2000, um crescimento de 34,3% numa década. No Nordeste os domicílios nessa situação representavam 80% do total de domicílios nordestinos com crianças de 0 a 6 anos e passou a representar 67% em 2000.

No período em análise, verificou-se crescimento nos números de domicílios com crianças de 0 a 6 anos de idade com mulheres responsáveis com rendimentos de até 2 salários mínimos e queda de participação no total de domicílios com crianças com idade entre 0 a 6 anos. Apesar disso, a participação desses domicílios no total dos domicílios com crianças de 0 a 6 anos de idade ainda é significativa, sobretudo nas capitais nordestinas. Teresina (PI) representa 66,4% do total de domicílios com crianças de 0 a 6 anos de idade da região Nordeste, 61,4% estão em São Luís (MA), 56,7% em Recife (PE) e 52,6% em Salvador (BA).

Em sociedades que não dispõem de um sistema de políticas sócias mais efetivo e abrangente, como o Brasil, as condições de subsistência das famílias são determinadas pelo seu nível de rendimentos. Este está associado, fundamentalmente, tanto à renda obtida pelo seu chefe [responsável] como à existência, número e características de outros componentes inseridos no mercado de trabalho, auferindo rendimentos adicionais. Por isso mesmo, as mudanças e fenômenos assinalados vêm tendo claros e fortes impactos sobre a organização e as condições de vida das famílias brasileiras, afetando negativamente a sua capacidade de atender às necessidades básicas dos seus membros e propiciar-lhes uma efetiva proteção social (Carvalho, 2002:125).

As evidências sugerem que às mulheres coube parte substancial do elevado custo social deste processo e que as famílias em etapas de formação e expansão, com pouca capacidade de mão-de-obra, bem como as famílias com chefes mulheres com filhos pequenos foram as mais afetadas.

Tabela 9

Crianças de 0 a 6 anos de idade que residem em domicílios com responsáveis mulheres, total e as que residem em domicílios com mulheres com rendimentos de até 2 salários mínimos, segundo os municípios das capitais

Municípios das capitais do Nordeste	Crianças de 0 a 6 anos de idade que residem em domicílios com responsáveis mulheres					
	Total (Em 1000)		Em domicílios com responsáveis mulheres com rendimento de até 2 salários mínimos			
			Total (Em 1000)		Percentual (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
São Luís	21,3	33,7	14,4	20,7	67,7	61,4
Teresina	16,5	23,2	12,0	15,4	72,6	66,4
Fortaleza	44,0	78,6	31,5	45,9	71,7	58,4
Natal	13,5	21,6	9,6	12,1	71,6	56,4
João Pessoa	11,7	18,3	7,9	10,2	67,6	56,2
Recife	36,7	53,5	24,1	30,3	65,7	56,7
Maceió	15,4	29,4	10,3	15,9	66,6	54,3
Aracaju	10,6	17,0	7,5	9,0	70,2	53,0
Salvador	53,7	95,0	34,6	50,0	64,5	52,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000.

Nota: Domicílios particulares permanentes.

Para todas as capitais nordestinas tem-se uma predominância de domicílios com responsáveis mulheres onde também se encontram as crianças em idades mais vulneráveis, ou seja, de 0 a 6 anos. Na tabela 9 vê-se que em Teresina (PI) 66,4% dos domicílios estavam nessa situação, no ano 2000. Em São Luís (MA) o percentual era de 61,4% para o mesmo período e as mesmas condições de domicílio. E para Salvador (BA) essa participação era de 52,6%. Verifica-se uma sensível redução na década, considerando-se que essas capitais apresentavam, respectivamente, as seguintes participações em 1991: 72,6%, 67,7% e 64,5%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho pretendeu-se traçar um perfil das mulheres responsáveis por domicílios no Brasil e nas Grandes Regiões, com ênfase especial para a Bahia. Os indicadores analisados ratificam a crescente inserção feminina no mercado de trabalho, embora ainda sejam elevados os índices de desemprego para as mulheres.

Essa inserção vem acontecendo num contexto de conquistas femininas, reversão de tendências e mudanças comportamentais importantes com relação ao tratamento dado às mulheres enquanto agentes econômicos e como trabalhadoras. Essa participação reflete o fortalecimento dos movimentos organizados de mulheres pela defesa de iguais direitos na sociedade, que resultou fortemente na década de 1970 e continuam resultando em mudanças de comportamento a respeito dos papéis socialmente preestabelecidos dos indivíduos no domicílio e na família.

Entretanto, afora o cenário otimista e positivo para as mulheres no tocante a ganhos sociais importantes ante o seu papel na sociedade, Lavinhas (1997) acrescenta ao debate que as razões de tal inversão de valores e práticas decorreriam da maior perda dos postos de trabalho imposta aos homens, por estarem eles mais concentrados em ocupações e ramos fortemente afetados pela reestruturação produtiva; por estarem ampliando-se as ofertas de trabalho nas atividades terciárias, notadamente aquelas de cunho social e administrativo tradicionalmente desempenhadas por mulheres, portanto, as mais diretamente beneficiadas por essa criação de empregos.

Diante deste cenário, verificou-se entre os anos de 1991 e 2000, a partir dos dados dos Censos Populacionais do IBGE para estes anos, um crescimento significativo da participação feminina, com a taxa de atividade saltando de 32,9% em 1991 para 44,1% em 2000 no Brasil.

Essa maior participação feminina pode se justificar não apenas por uma emancipação voluntária das mulheres, no sentido de maior conscientização dos seus direitos e papéis na sociedade, haja vista o crescimento do número médio de anos de estudos para elas de 4,4 em 1991 para 5,6 em 2000, o que representa uma variação de 1,2% em uma década contra uma variação de apenas 0,8% para os homens no mesmo período. Mas, essa participação relevante pode se justificar ainda e talvez mais fortemente, pelas crescentes necessidades de sobrevivência que não são mais respondidas pelos homens, ou porque estejam desempregados ou porque abandonaram o lar.

Assim, verifica-se um percentual de 24,9% dos domicílios brasileiros sendo "chefiados" por mulheres. Esses domicílios representavam 18,1% em 1991. No Nordeste os domicílios cujo responsável são mulhe-

res saltaram de 19,5% em 1991 para 25,9% em 2000; para a Bahia tem-se 20% em 1991 e 27,1% em 2000.

Outro dado relevante para se traçar um perfil desses domicílios é que um número significativo dessas mulheres está acima da chamada idade economicamente ativa, ou seja, no Brasil 21,8% dessas mulheres tinham 65 anos ou mais, na região Nordeste 23,8% e na Bahia 23,4%.

Os rendimentos auferidos por elas ainda são menores do que o percebido pelos trabalhadores homens. Em sua maioria nas capitais nordestinas as mulheres têm rendimentos de até dois salários mínimos, o que pode se justificar pela grande participação delas no setor terciário, sobretudo em serviços pessoais como o serviço doméstico.

Além disso, os domicílios cujo responsável são mulheres normalmente são compostos por um certo número de crianças. A incidência de domicílios cujo responsável são mulheres com crianças de 0 a 6 anos de idade no Brasil quase duplicou na década, saltando de 2.426,2 mil em 1991 para 4.089,7 mil em 2000. Na região Nordeste passou de 206,9 mil para 401,9 no mesmo período; na Bahia passou de 250,3 mil para 375,4 mil. Esse pode ser um forte indicador da fragilidade desses domicílios, haja vista que essas mulheres representam o duplo papel de “provedoras” e “administradoras” do domicílio.

Pelos resultados apresentados, conclui-se pela necessidade de políticas sociais voltadas com maior ênfase para esses domicílios, haja vista a crescente participação feminina no mercado de trabalho o que em, grande parte, pode se configurar numa estratégia de sobrevivência muito mais do que na consolidação/construção de uma sociedade mais equânime.

RESUMO

A diferenciação de papéis entre homens e mulheres na sociedade fica clara quando tratamos dos grupos de pessoas residentes em domicílios. Nestes, a presença das mulheres tem sido historicamente relacionada aos afazeres domésticos. Apesar da percepção de que as diferenças individuais de gênero no mercado de trabalho têm diminuído, é ainda tabu considerar essas atividades pouco visíveis e, geralmente, subestimadas nos estudos clássicos do trabalho e das desigualdades culturais em diferentes áreas do Brasil.

Neste contexto, esse artigo tem como objetivo traçar um perfil dos domicílios sob a responsabilidade de mulheres, em áreas selecionadas do País, buscando relacioná-lo às condições de pobreza. São analisadas algumas informações do Censo Demográfico 2000, no Brasil e nas Grandes Regiões, em comparação com o Censo anterior, de 1991.

Palavras-chave: mulher; trabalho; pobreza; gênero

ABSTRACT

The differentiation of papers between men and women in the society is clear when we treated of the resident people's groups in homes. In these, the women's presence has been historically related to the household chores. In spite of the perception that the individual differences of gender in the job market have been decreasing, it is still taboo to consider those activities a little visible and, usually, underestimated in the classic studies of the work and of the cultural inequalities in different areas of Brazil.

In this context, that article has as objective draws a profile of the homes under the women's responsibility, in selected areas of the Country, looking for to relate him/it to the poverty conditions. Some are analyzed information of the Demographic Census 2000, in Brazil and in the Great Areas, in comparison with the Census previous, of 1991.

Key-words: woman; work; poverty; gender

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Ângela; GUIMARÃES, Iracema B. **A participação da mulher no mercado de trabalho da RMS nos anos 90**. Bahia, Análise & Dados - Mulher, v.7, n.2, 1997, SEI: Salvador.

_____. **A mulher e o mercado de trabalho nos anos 90: o caso da Região Metropolitana de Salvador**. In: Trabalho e gênero – mudanças, permanências e desafios, 1 ed., São Paulo: Ed. 34, 2000, v.1.

CARVALHO, Inaiá. **Família e pobreza**. Série Estudos e Pesquisas – Pobreza e Desigualdades, n.63, 2002, SEI: Salvador.

GOLDANI, Ana Maria. **Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção**. Revista Brasileira de Estudos de População, v.19, n.1, Jan/jun 2002, Disponível em www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol19_n1_2002/vol19_n1_2002_2artigo_29_48.pdf (acesso em 20/01/2004).

LAVINAS, Lena. **Emprego Feminino: O que Há de Novo e o que se Repete**. *Dados*, 1997, v.40, n.1.

SOARES, Sergei. IZAKI, Rejane Sayuri. **A participação feminina no mercado de trabalho**. Texto para Discussão n° 923, IPEA/RJ, 2002.

IBGE. **Perfil das Mulheres Responsáveis pelos Domicílios no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. **Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.